



Centro Acadêmico de Educação do
Campo e Desenvolvimento Territorial
-CAEDCT

NOTA PÚBLICA

A REORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ESCOLARES NO CONTEXTO E PÓS-CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19 NO ESTADO DA BAHIA

O Centro Acadêmico de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial – CAECDT da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, constitui-se em um espaço de referência para a produção de conhecimentos acerca dos fenômenos educativos em diferentes áreas. Áreas essas que abrangem as demandas dos/as trabalhadores/as camponeses e camponesas, vinculados ao Movimento Nacional e Regional da Educação do Campo.

O CAECDT é um lugar institucional de natureza político-educativa, ancorado na articulação entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, em consonância com o movimento da produção da vida dos Sujeitos do Campo, com objetivo de coordenar, integrar, sistematizar, orientar e promover ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, numa perspectiva interdisciplinar. Pretende também, assegurar o suporte necessário à elaboração e desenvolvimento de ações que atendam dimensões na Formação de Educadores/as, Formação Profissional e Tecnológica em nível de Graduação e Pós-Graduação, com vistas ao desenvolvimento territorial sustentável e solidário. Ademais, busca-se entrelaçar o trabalho de docentes/pesquisadores e extensionistas na área da Educação do Campo, para o desenvolvimento de um trabalho científico e formativo numa perspectiva crítica e emancipadora.

Esse coletivo entende que a excentricidade da pandemia vem colocando desafios para todos os setores da sociedade. Coletividades e subjetividades, distantes de concepções que lhes permitam compreender a vinculação do atual contexto da evolução da humanidade ao modelo de sociedade capitalista, e ainda, tendo como referência a equivocada divisão entre corpo, mente e espírito, têm sentido dificuldades na travessia dessa crise cujos desdobramentos ainda não se pode configurar.

A Educação, como fundamental dimensão da vida social, ocupa papel central nesse processo de travessia, seja para desmontar a lógica dominante e instigadora da crise em tela, apresentando ou reafirmando princípios de direito à vida em sua sociobiodiversidade, e horizontes de justiça socioambiental e cognitiva (marginalizados pelo ideal hegemônico), seja para sucumbir à lógica de mercantilização do conhecimento e de avanço das desigualdades sociais, regionais, geracionais, raciais, que é facilitada pelo atual contexto de isolamento social, instigador de novas sociabilidades no ciberespaço.

O afastamento social decretado ainda no início deste ano letivo, tem marcado a afirmação dessas novas sociabilidades. Isso tem preocupado gestores públicos, escolares,



Centro Acadêmico de Educação do
Campo e Desenvolvimento Territorial
-CAEDCT-

professores, mães, pais e estudantes, sobretudo, por conta do cumprimento do calendário letivo, ainda que este tenha sido flexibilizado no tocante ao quantitativo de dias, à luz da Medida Provisória 934/2020, que dispensa as escolas de educação básica e as instituições de ensino superior, do cumprimento do mínimo dos 200 dias letivos previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação do País.

Embora seja um importante ponto de análise, centralizar a preocupação, em tão grave momento que passa a humanidade, no cumprimento da carga horária estipulada pela MP 934/20, é não apenas um equívoco histórico, mas existencial. Faz-se necessário pensar e agir fora da lógica que nos empurrou para essa pandemia que evidencia tanto a pobreza espiritual e existencial, mas especialmente, escancara as várias faces da opressão e das injustiças sociais, denunciando inclusive, quem pode se distanciar socialmente, usufruir dos espaços virtuais para montar novas formas de existir e quem não pode.

Na execução da política educacional na Bahia, o Conselho Estadual de Educação, através da Resolução CEE N.º 27, de 25 de março de 2020 orienta que a realização de atividades domiciliares deve levar em conta a possibilidade efetiva do “gerenciamento técnico-pedagógico das condições das unidades escolares. Prevê em seu Art. 2º, dez orientações, das quais destacamos quatro:

§1º A aplicação das atividades curriculares nos domicílios dos estudantes se caracteriza pelo que segue:

I) Procedimento de compensação das ausências às aulas em interrupção, de modo a configurar a continuidade pedagógica dos atos curriculares, salvaguardando o princípio do atendimento educacional compulsório, implícito em regra constitucional, garantindo os objetivos de aprendizagem estabelecidos para o ano letivo.

II) Entendimento de que as orientações aqui preceituadas se referem à proteção individual e da coletividade.

III) Forma de inclusão de múltiplas possibilidades de ferramentas de ensino, de suporte digital ou não digital, contendo ementa correspondente às finalidades, nexos didáticos que assinalem o propósito das atividades e seus desdobramentos em aprendizagens previstas, importância para patamares sucessivos de crescimento na apropriação e estruturação dos diversos saberes e possíveis elos que estruturam dois ou mais componentes curriculares legalmente instituídos.

IV) Descaracterização institucional da substituição do ensino presencial por educação a distância, resguardada a cota percentual máxima, legalmente prevista para o ensino médio e para o ensino superior, e para o ensino fundamental, conforme estabelece o Art. 32, § 4º da LDB.

Diante do colocado, não apenas para a Educação Básica na Bahia, mas por governos em outros Estados, O CAEDCT- UNEB, vem propor reflexões com o objetivo de colaborar com o debate, tomando como base, o Projeto de Educação que este coletivo representa, que tem relação indissociável com as lutas dos trabalhadores do Campo na defesa de um projeto de sociedade que supere o capital.



Centro Acadêmico de Educação do
Campo e Desenvolvimento Territorial
-CAEDCT

Para esse projeto, a Educação do Campo, constituída no seio dos movimentos sociais camponeses, assumida como representativa da luta de classes, é importante mediação na construção dos caminhos que podem nos dar lastro para uma sociedade constituída com base na justiça e na igualdade. Isso nos coloca em um entendimento de Educação e de Escola, que nos exige coerência, cuidado, clareza de percurso e de propósito, sobretudo, quando em situações emergenciais, tomados pela ânsia de soluções rápidas, quase sempre, não dispomos de condições de amadurecer e encontrar saídas, que ainda que excepcionais, não nos tirem da rota, não nos desviem do horizonte.

A excepcionalidade do isolamento social, abalou o cotidiano e sua dinâmica e expôs a aceleração da vida, como um grave impedimento para que possamos enxergar, com clareza, a realidade ao nosso redor. A parada obrigatória em meio ao caos de proporções inéditas na humanidade, impõe uma pausa que negamo-nos a aceitar e, ávidos por continuar andando (ainda que em meio às incertezas que se expuseram agigantadas, maiores do que nunca), ligamos o modo automático e avançamos, buscando manter o mesmo caminho pelo qual andávamos antes da pandemia, sem avaliar se, de fato, era esse o melhor caminho.

A especificidade do momento atual, nos colocou como uma destas saídas para seguir adiante, o **ensino virtual à distância** que tem sido muito usado em instituições privadas de educação superior, bem como, pelas instituições públicas (ainda que em menor proporção) e, que tem sido pauta prioritária do grande empresariado, o qual tem avançado no controle das políticas de educação pública no Brasil (muito bem representado por coletivos como o Todos pela Educação), disseminando a ideologia do capital nas propostas de Educação básica e superior. Fundações, institutos e empresas variadas, surgem de todos os lados, oferecendo pacotes *on-line*, com tudo pronto, para as Secretarias de Educação, gestores, professores, alunos e pais, executarem, conforme roteiro e sem muito esforço. São pacotes sem custos ou com custos (acessíveis ou exorbitantes), que vão ganhando a adesão de sistemas de ensino, de escolas e das famílias, passando a consolidar um modelo de educação voltado para aprendizagens de competências e habilidades, as quais dialogam, de forma eficaz e rápida, com as “exigências da contemporaneidade” (BNCC, 2017), que podem ser resumidas, em exigências do mercado, portanto, indo de encontro ao que é defendido por este coletivo.

A Educação à distância (EaD), que nunca foi amplamente discutida com as instituições e redes de ensino, é apresentada como a saída para não parar a máquina da Educação, para não atrasar o ano letivo, para não perder esse tempo da quarentena, que parece tornar a todos, que estão fora da dinâmica giratória acelerada, desocupados, improdutivos, portanto, inúteis a esse modelo de sociedade, cujo fim, é a produção e o lucro e não a vida.

Com foco não voltado para as condições concretas da vida dos estudantes e professores (nos aspectos econômicos, socio-afetivos, psicológicos), a EaD passou a comandar as proposições das Secretarias de Educação, mas encontrou o limite da não universalização das políticas de acesso à comunicação e informação, trazendo para o centro das evidências (evitadas), as graves desigualdades sociais das milhares de famílias que constituem a rede pública de ensino na Bahia, impondo ao Estado, pensar em saídas que se desafiam não alargar, ainda mais, a desigualdade entre milhares de estudantes que, historicamente, estão à margem das políticas públicas.



Centro Acadêmico de Educação do
Campo e Desenvolvimento Territorial
-CAEDCT

É nesse lugar, que os sujeitos do campo se encontram, como relatou o parecer da ANFOPE (2020) quando destacou que *“as condições tecnológicas dos estudantes, em especial nos municípios do interior da Bahia e na periferia dos grandes centros urbanos como Salvador e nas áreas rurais são precaríssimas, o que vai acentuar o fosso existente entre os que apresentam condições de acesso as tecnologias e os que não detém estes meios”* (p.8). Buscando compreender e elucidar quais caminhos temos pela frente, nos colocamos na escuta dos demais coletivos em âmbito estadual e nacional (ANFOPE, FONEC, FEEC) e traçamos nossa posição, que torna ainda mais lúcida e desafiante a caminhada que temos pela frente.

Nos posicionamos contra a EaD, **com ou sem** mediação tecnológica, para **dar prosseguimento ao currículo escolar**, por três razões gerais:

1. A ética da vida. O isolamento social que coloca grande parte das famílias em casa, reconfigura a vida e o cotidiano dos estudantes e professores, como indaga o manifesto o Manifesto do CIECAMPO, (2020¹), *“quais as condições de cada professor em suas casas? Quais as tarefas diárias do isolamento? Os professores estão cuidando de pais idosos, filhos pequenos? Há pessoas doentes em casa? Tem condições de acesso? Sabem lidar com as tecnologias?”* (p. 2). Diante de tais questionamentos, o manifesto alerta ainda, ser importante considerar que, *“nem todas os estudantes vivem em lares com condições de se dedicarem às tarefas escolares, sobretudo agora, quando as casas estão cheias, não há espaço para todos; há situações de estresse, de ansiedade, de violência doméstica; de adoecimentos; de exaustão emocional e escassez alimentar e de outras necessidades básicas. No campo, o trabalho familiar é intenso, exaustivo e ininterrupto”* (p. 2). Diante de tal cenário, somos chamados a tomar uma decisão ética, filosófica e profissional de comprometimento com a Educação do Campo que visa a transformação radical das condições de vida planetária. Esse é um importante momento de superação das lacunas que o modelo social hegemônico imprimiu às subjetividades, naturalizando o auto distanciamento, acentuando um ser social alheio à sua ontologia. Esse novo arranjo de vida social, caracterizado pelo isolamento, pela necessidade de autocuidado e de cuidar dos outros, pela assunção de novas rotinas em espaços físicos nem sempre adequados para abarcar a presença constante de todos os entes familiares; a dificuldade de lidar com o exorbitante número de informações sobre o avanço da pandemia e seus caóticos desdobramentos, o medo do porvir; tudo isso demanda novas práticas socioeducativas que não comportam na disciplinaridade curricular. Assim, muito além do cumprimento do currículo, importa agora munir os diversos coletivos que compõe a escola pública - professoras e professores, técnicos-administrativos, merendeiras, servidores em geral, estudantes e suas famílias – das **condições de realizar o primeiro exercício de sobrevivência nesses tempos de “solidão”, fortalecendo as relações intrapessoais, ou seja, as relações que estabelecem com o mundo interior, com os sonhos, os medos, as angústias, a vitalidade e com o projeto de mundo que necessitam afirmar.** Nesse sentido, acordamos com a posição do FONEC (2020), de que *“cabe reconhecer a relevância do uso das tecnologias como instrumentos de informação e comunicação para a população mundial. Quando utilizadas de maneira ética, elas podem contribuir, por exemplo, durante a pandemia, para orientar a população de forma rápida e eficaz sobre os cuidados com a saúde, para diminuir os efeitos do distanciamento social, para*

¹ Coletivo do Projeto Ciclo de Diálogos Interinstitucionais sobre Educação do Campo da UNEB- Campus VII, em Abril de 2020, que envolve 14 municípios de cinco territórios.



UNIVERSIDADE
DO ESTADO DA BAHIA



Centro Acadêmico de Educação do
Campo e Desenvolvimento Territorial
-CAEDCT-

informar sobre novas descobertas da ciência e iniciativas dos governos e da sociedade e, conseqüentemente, para salvar vidas. No entanto, ao apresentar as propostas de EaD, tais setores desconsideram, de forma mesquinha, as privações e tensões que as pessoas estão sofrendo durante a pandemia, como a contaminação pela doença, a morte de familiares, a insegurança no emprego, a luta para manter o pagamento das contas em dia e a família segura e alimentada. Ignoram a diversidade socio-territorial brasileira e a realidade da infraestrutura que a população e as escolas dispõem, notadamente as escolas do campo, quanto ao acesso à rede de internet, computadores, energia elétrica, entre outros fatores necessários para que a educação seja ofertada com qualidade socialmente referenciada” (p. 2).

2. A concepção de Educação e de ensino, que constituem a EaD, não dialoga com a concepção de Educação do Campo, tanto nos objetivos gerais da Educação (que vinculam a educação a um projeto de sociedade, que para os camponeses, é distinto e superior ao capitalismo), como nos específicos, os quais se voltam para assegurar que todos tenham acesso à cultura acumulada. Para a Educação do Campo, esse acesso não se constitui apenas da transferência de informações, mas no diálogo entre sujeitos, processos e culturas. A EaD é uma concepção de Educação estruturada numa perspectiva na qual, os processos educativos ocorrem via transmissão de conteúdos e conhecimentos, a partir de atividades desenvolvidas pelos alunos, via orientações bem coordenadas e definidas pelos professores, tutores, mediadores, monitores. Nesse sentido, afirmamos que, caso o propósito educativo da escolarização, se encerre na transferência de conteúdos e conhecimentos para formação de competências, a EaD é suficiente. No entanto, se a função da educação e da escola é a transformação social, esse processo terá que ser ampliado e, mesmo na excepcionalidade da conjuntura, esse princípio deve ser orientador. A legislação brasileira assegura que um percentual da carga horária em EaD deve ser presencial, isso nos faz compreender que, mesmo na especificidade dessa modalidade, se reconhece que a transmissão de conhecimentos não é suficiente para dar conta dos objetivos gerais da Educação, especialmente, quando ela não se limita a reproduzir o modelo social vigente e se coloca como meio para sua transformação. A formação humana e os processos de aprendizagens na escola, não podem prescindir das outras mediações, sob o risco de a educação não cumprir sua função constitucional e social. A escola, sua vinculação com a comunidade, a realidade concreta dos alunos, as distintas culturas, os diferentes pontos de vista de professores e alunos, as estratégias metodológicas, a dinâmica formativa entre os alunos, professores; a troca de informações, os confrontos e conflitos, as regras comuns a serem cumpridas, os desafios da convivência comunitária, tudo isso constitui conteúdo formativo e imprescindível para os fins da educação e faz da escola, espaço de exercício democrático, de formação de valores sociais e de fortalecimento dos direitos humanos. Para a Educação do Campo, a educação é mais do que o ensino, o ensino é mais do que a transferência de saberes, do mesmo modo que a formação é maior do que a aprendizagem e as aprendizagens ultrapassam a aquisição de competências e habilidades pré-definidas. A escola, na Educação do Campo, em toda sua forma de organização do trabalho pedagógico, se constitui como espaço de produção e socialização da cultura e por isso, conteúdo e forma, não se separam. Os tempos e espaços de aprendizagens são pensados para que os estudantes vivenciem, exercitem os desafios da vida em sociedade, os quais são experimentados por meio da dimensão das relações interpessoais, na tomada de decisões, no cumprimento das tarefas e no compromisso com sua formação. A escola é mais do que a sala de aula porque a finalidade do ensino não está em si mesmo, mas na vida que ultrapassa a escola. Para a Educação do Campo, as



Centro Acadêmico de Educação do
Campo e Desenvolvimento Territorial
-CAEDCT

aprendizagens requerem diálogo permanente entre professor e aluno, entre alunos e alunos e, mais ainda, um tempo pedagógico formativo planejado a partir de diferentes estratégias didático-metodológicas, fundamentais para que o que se ensina e o que se aprende, sejam tomados de significados. Por essa razão, não basta transferir conhecimentos. Na escola que entendemos necessária, o conhecimento sistematizado, a ser socializado com os alunos, é disposto dentro de uma organização do trabalho pedagógico, onde aquilo que ocorre na sala de aula se complementa nos processos e nas relações vivenciadas nos outros ambientes da escola e fora dela, como os seminários, as culminâncias de projetos, as feiras científicas e literárias, os serões, os trabalhos de pesquisa nas comunidades, as gincanas, os campeonatos, os jogos, as brincadeiras, o recreio, as visitas às propriedades dos pais e vizinhos, as palestras, as reuniões de alunos, de professores, de pais, os conselhos escolares e tantas outras atividades que dão singularidade à escola e o seu tempo formativo. Todas estas atividades, estão voltadas para que os alunos vivenciem a construção de valores sociais que são, intencionalmente previstos nos objetivos estabelecidos pelo Projeto Político-pedagógico da escola, onde se tem definida uma perspectiva de sociedade e de sujeito social que se quer formar. Nesse sentido, o conhecimento das disciplinas do currículo e tudo mais que a ele se relaciona no ambiente escolar, exigem mais do que a disponibilização de conteúdos a serem lidos e tarefas a serem executadas, exige uma dinâmica que só no interior da escola, na vida que nela pulsa, é possível concretizar. Na lógica da EaD, especialmente, nas circunstâncias de isolamento social, as relações vivenciais cotidianas da escola, sobretudo, aquelas produzidas na relação com a comunidade, não podem ser asseguradas. Desse modo, toda essa organização formativa, que compreendemos essencial, desaparece. Por esse conjunto de razões e especificidades do que, para nós é a escola e a educação, nos opomos à EaD **com a finalidade de dar seguimento ao currículo, inclusive, por entendermos que, o currículo, na escola, não pode ser reduzido ao âmbito das atividades de ensino, pois, se assim o afirmarmos, tudo o mais que compõe a escola, como apresentamos anteriormente, passa a ser secundário e até dispensado.** Contudo, como afirmamos, chegar a esta conclusão não quer dizer que não se compreenda como necessária, a ampliação das políticas de acesso às tecnologias digitais no Campo e para todos os sujeitos, sobretudo, nas escolas. Dizendo isso, queremos diferenciar a EaD, da relevância de estruturarmos políticas de formação de professores e curriculares, que incorporem as tecnologias digitais aos processos pedagógicos. Conforme aponta o CIECAMPO (2020), *“gravar aulas e enviar tarefas online, é uma forma reduzida de compreender o papel das tecnologias na organização do trabalho pedagógico escolar. As tecnologias e seu potencial, não podem ser ratificados como meios, recursos para transpor conteúdo (de um lugar a outro), uma vez que, esse propósito altera, apenas, o formato do meio de transmissão das informações, criando mais um “canal” comunicativo-transmissivo, que reforça a lógica de educação bancária, tão firmemente contraposta por Paulo Freire. As tecnologias devem ser inseridas na Educação do Campo, sem dúvidas, mas para fortalecer seu projeto formativo, o papel do professor e da professora e da escola como espaço de acesso e produção de cultura numa perspectiva emancipatória. Se até aqui, as escolas e famílias não tiveram o devido acesso a estas tecnologias (incluindo a expansão de banda larga com capacidade para as atividades educativas), como fortalecedoras do processo formativo, isso não se resolverá de imediato. Dar por cumprido o calendário escolar e objetivos da escola, mediante aulas/tarefas online poderá ampliar, consideravelmente, as distâncias escolares, já tão gritantes. Se vamos usar as tecnologias nesse momento de excepcionalidade, que sejam para ser mais um elemento de apoio às comunidades e não de sua marginalização”*. (p.5).

3. Há, ainda, risco de ampliar o avanço dos valores da gestão empresarial na Educação Pública. Compreendemos que o formato de Educação virtual, de Educação à distância, enfraquece a escola pública que já vem sendo fortemente atacada pelos setores empresariais, os quais passaram a conduzir, com autonomia, as reformas educacionais do Brasil. É relevante acentuar os graves retrocessos que a Educação pública tem vivenciado, sobretudo, com os cortes no orçamento, a redução curricular impostas pela BNCC e BNC-Formação, as distorções da política de avaliação, os pacotes tecnológicos e a perda progressiva da autonomia das gestões, na condução dos rumos das políticas de educação, uma vez que passam a seguir a agenda do grande capital, adotando políticas curriculares padronizadas, pautando a gestão da coisa pública a partir dos princípios e finalidades da lógica empresarial, reforçando a perda de direitos, afinando, assim, os laços do Estado com os interesses hegemônicos e contra os trabalhadores e trabalhadoras. O formato de EaD, que desvincula as relações pedagógica das outras mediações sociais, sobretudo, no Campo, onde a vida se tece em diferentes movimentos formativos, enfraquece drasticamente o projeto de Educação que defendemos, não apenas porque deixa milhares sem o acesso aos conteúdos compartilhados, mas porque desprezam estas relações que, para nós, são base para o processo. O risco maior, contudo, é que a excepcionalidade do isolamento social, seja alimento para o avanço das propostas de ensino doméstico, de desvalorização da docência, de fragilização da oferta da escola na comunidade; que estimule, ainda mais, o fechamento de escolas no Campo, a precarização da formação, como já ocorre nas propostas de ensino por mediação tecnológica em diversas escolas do campo da Bahia, a legitimação da visão equivocada da qualidade da educação medida por indicadores estritos e o corte de recursos das escolas e das políticas, como temos visto ocorrer com o PRONERA, o PRONACAMPO entre outras políticas, que para o campo e os camponeses, são essenciais.

O que propomos, diante das razões aqui expostas?

1. Se a Educação a ser ofertada, não assegura a sua perspectiva de formação integral, é viável que **se suspenda o calendário letivo** até que as autoridades sanitárias assegurem o retorno das atividades escolares. Nesse caso, propomos que a **escola organize atividades extra-curriculares que fortaleçam sua dimensão educativa, formativa, voltadas, portanto, ao apoio aos estudantes e famílias.** Reiteramos que, dar seguimento ao currículo, conscientes das distintas condições de acesso, de realização das atividades propostas aos estudantes em contexto de estruturas familiares tão díspares, pode alargar ainda mais, as desigualdades educacionais. É importante que, nesse momento, **a escola desempenhe seu papel educativo, que se apresenta maior do que ensino e a desafia a voltar-se para o seu horizonte: a formação humana, no seu sentido mais amplo.**
2. **O Conselho Estadual de Educação da Bahia,** cumprindo seu importante papel de orientar, normatizar e deliberar a favor da Educação de qualidade e para todo/s os/as baianos, considerando as diversidades geográficas, econômicas, sociais, culturais e geracionais, deve reafirmar a Educação como prática social que não se desvincula de outras práticas, do mundo vivido, e nesse sentido, a decisão do CEE, objeto da Resolução 27/2020, deve ser reconsiderada, destacando-se a autonomia e a responsabilidade da escola de assistir seus alunos e suas famílias, sob a égide dos seus PPP, através, tanto de atividades extra-curriculares, reiterando a função social da escola de formação para vida em suas complexas dimensões, sob a égide do artigo 2º da LDB de inspiração nos ideais de solidariedade humana e tendo por

finalidade o pleno desenvolvimento do educando, deve ser afirmada na travessia da crise pandêmica, como de atenção e orientação às famílias. Manter atividades curriculares nesse contexto está na contramão do Projeto de Brasil afirmado no artigo 3 da CF/1988, que apresenta como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; a erradicação da pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação e o consequente desenvolvimento do país.

Assim, as escolas, à luz de seus Projetos Políticos Pedagógicos e das orientações de seus sistemas, precisam:

- Definir os OBJETIVOS das experiências formativas à luz da função educativa da escola, sua função social;
- Ajudar seus alunos e suas respectivas famílias na travessia da crise pandêmica, levantando quais alunos e famílias estão necessitando das condições básicas de sobrevivência (alimentação, higienização, apoio psicológico, informações e orientações sanitárias e assistenciais);
- Organizar o trabalho pedagógico numa perspectiva transdisciplinar, dando centralidade à regra de ouro da crise: manter as pessoas vivas, orientando-as a superar às tantas dificuldades concernentes ao tempo em tela.
- Fortalecer o processo de educação transdisciplinar a partir da identificação/exploração de conteúdos à luz das situações existenciais vividas pelas famílias, a exemplo das ações de higiene, divisão das tarefas domésticas, fortalecimento dos laços afetivos, etc.;
- Identificar os estudantes e as famílias que não são alcançados pelos meios virtuais, quer porque vivem em comunidades campesinas sem acesso à internet, quer porque não possuem condições financeiras de provimento do acesso, para que se providenciem mecanismos de alcance, diminuindo assim as desigualdades no acesso às ações desenvolvidas pela escola!
- Planejar ações com alunos e famílias que demandam atendimento especial;
- Direcionar serviços especialmente para os estudantes e famílias mais vulnerabilizados pela crise pandêmica.
- Aproximar escola e família na superação de problemas criados pela crise pandêmica;
- Afirmar laços de solidariedade, compaixão e esperança, por via, por exemplo, de incentivo à publicação de campanhas de positividade, postadas nas redes sociais;
- Preencher o tempo de convívio dos alunos em suas respectivas residências, oportunizando a toda família experiências formativas focadas em práticas solidárias, empáticas, afetivas, cooperativas;
- Garantir a assistência alimentar aos estudantes;
- Ampliar as formas de alcance dos estudantes e famílias que não dispõem de internet, dando ênfase às atividades radiofônicas que possibilitam maior alcance;
- Afirmar o papel fundamental dos professores/as na definição/planejamento e acompanhamento das atividades pedagógicas, levando em conta as demandas individuais e coletivas, tanto no processo de travessia/superação da crise quanto para as intervenções no retorno das aulas;

- Elaborar Roteiros de atividades que instiguem a melhoria das relações intra e interpessoais;
- Elaborar atividades que instiguem a produção de registros, diários de bordo, histórias de vida de entes familiares, história da comunidade, formas de produção de vidas, mudanças ocorridas ao longo dos anos no que tange à oferta de serviços públicos, espaços de entretenimento e produção cultural, resolução de problemas lógico-matemáticos, etc. Leitura individual e coletiva, produção/reprodução de textos literários e outros gêneros;
- Elaborar Portfólio por docente, englobando o conjunto de ações desenvolvidas, inclusive as formações e auto formações;
- Subsidiar as famílias dos estudantes, especialmente as mais pobres, para que no período de pico do surto, a proteção seja intensificada, tanto quando se fizer necessária a circulação na rua, quanto dentro de casa, em caso de convivência com infectados;
- Protagonizar a participação dos estudantes, com proposições de atividades autogestionadas e registradas;
- Utilizar as situações existenciais vivenciadas nas famílias em experiências formativas para os estudantes e suas famílias;
- Qualificar as relações familiares;
- Direcionar a atenção de estudantes e familiares em informações/formações fundamentais a superação de problemas decorrentes do isolamento, face ao bombardeio de informações veiculadas pelas diferentes mídias;
- Construir de instrumentos que possibilitem os professores analisarem, no retorno às aulas, as produções realizadas pelos estudantes, priorizando as dificuldades apresentadas, e proporem as intervenções pedagógicas que se fizerem necessárias, quando do retorno das atividades presenciais na escola;
- Definir formas de sistematização dos registros realizados, de maneira a potencializar o acompanhamento do processo educativo planejado e orientado de forma transdisciplinar pelos diversos professores, em especial as atividades relacionais e de auto formação.
- Fortalecer a formação de professores via encontros periódicos *on-line*;
- Promover um plano de ação formativa, com foco na dimensão humanizadora, para todos os funcionários da escola;
- Construir ou revisar, via recursos virtuais, o PPP da escola;
- Planejar possibilidades para reorganização do calendário após a pandemia.

3. No período pós-pandemia, a alternância de tempos educativos, a partir dos princípios metodológicos da Pedagogia da Alternância, pode ser uma alternativa para viabilizar a organização de um ciclo letivo, como proposto por Freitas (2020), que contemple os anos letivos de 2020 e 2021. Nesse caso, destacamos que: **as atividades à distância, com ou sem mediação tecnológica, se constituem complemento da organização do trabalho pedagógico e não o todo da ação educativa.** A estrutura da organização em alternância e em ciclos, é assegurada pela LDB, exigindo um planejamento atencioso, detalhado e comprometido, por parte dos sistemas de ensino e escolas, que devem ter o apoio do CEE, da SEE e das IES.

O CAEDCT- UNEB se coloca à disposição para esta colaboração com os Conselhos e Sistemas de Ensino da Bahia.



Assinam esta nota,



Centro Acadêmico de Educação do
Campo e Desenvolvimento Territorial
-CAECT

Adenilson Alves Cruz – CAECT / Salvador
Anderson Souza Viana - CAECT/UNEB
Ana Margarete Gomes da Silva – DEDC XI/SERRINHA
Ana Lucia Nunes Pereira – DEDC XV – Valença
Ana Odalia Vieira Sena - DEDC X/ presidente do Comitê de Bacias Hidrográficas
Piruipe, Itanhém e Jequitinhonha
Aline da Costa Luz de Lima, Professora IFG
Amaral Rodrigues Gomes. Professor da SEEDF
Cecília Maria Mourão Carvalho - DEDC-X
Celi Taffarel - UFBA
Celso de Jesus Silva - DEDC-X – Teixeira de Freitas
Cleideni Alves do Nascimento Acco - DEDC-X – Teixeira de Freitas
Cristiane Gomes Ferreira _ DEDC-X – Teixeira de Freitas
Cristhiane Ferreguett - DEDC X – Teixeira de Freitas
Edileuza Alves da Silva – DCHT XVI - Irecê
Elilia Camargo Rodrigues – DEDC VIII/ MINTECS - Paulo Afonso
Elzicleia Tavares dos Santos – DEDC X – Teixeira de Freitas
Eugênia da Silva Pereira – Linha de Pesquisa em Educação do Campo, Educação de
Jovens e Adultos e Movimentos Sociais/NEPE/UNEB Campus XII Guanambi
Gean Paulo Gonçalves Santana - DEDC-X – Teixeira de Freitas
Flavia Lorena Araujo – DCH V – Santo Antônio de Jesus
Gelvânia Mota Silva – DEDC XI – Serrinha
Helânia Thomazine Porto - DEDC-X
Ireni Alves dos Santos - DEDC X – Teixeira de Freitas
Ivana Teixeira Figueiredo Gund - DEDC-X – Teixeira de Freitas
Ivânia Paula Freitas de Souza Sena- DEDC VII - Senhor do Bonfim
Jacqueline Laranja Leal Marcelino - DEDC-X Teixeira de Freitas
Janeide Bispo dos Santos - DEDC XI - Serrinha
José da Rocha Coqueiro – Centro de Agroecologia do Semiárido - CASA
Joseane Batista Alves – CAECT / Salvador
Juliano Vilas Boas – Centro de Agroecologia do Semiárido – CASA
Juzenilda Gomes Figueredo - DEDC-X – Teixeira de Freitas
Karina Lima Sales - DEDC-X – Teixeira de Freitas
Lara Andréia Sant' Ana Cardoso- SEEDF/ Mestranda em Educação PPGE - UnB
Lenilda Damasceno Perpétuo - SEEDF/pesquisadora/doutoranda Universidade de
Brasília - UnB
Liliane Maria Fernandes Cordeiro Gomes - DEDC-X
Luciana Cristina da Costa Audi - DEDC-X – Teixeira de Freitas
Luzeni Ferraz de Oliveira Carvalho – DEDC X – Teixeira de Freitas
Luís Geraldo Leão Guimarães - UNEB campus XVII -Bom Jesus da Lapa
Maria Carreiro Chaves Pereira - Estudante graduação/UnB - Servidora pública/Ministério
da Economia
Márcio Soares Santos – DEDC X – Teixeira de Freitas
Maria Dorath Bento Sodré – DCHT XVI – Irecê
Maria Elizabeth Souza Gonçalves – DEDC VII – Senhor do Bonfim
Maria Geovanda Batista - DEDC-X – Teixeira de Freitas



Centro Acadêmico de Educação do
Campo e Desenvolvimento Territorial
-CAEDCT

Maria Jucilene Lima Ferreira – DEDC XIV – Conceição do Coité
Maria Mavianer Assis Siquara – DEDC X – Teixeira de Freitas
Maria Nalva Rodrigues de Araújo Bogo – DEDC X – Teixeira de Freitas
Maryangela Ribeiro de Aquino Lira Lopes - DTCS III - UNEB.
Marize Damiana Moura Batista e Batista – DEDC XI – Serrinha
Marize Carvalho vice coordenadora do GEPEC UFBA
Minervina Joseli Espíndola Reis - DEDC-X – Teixeira de Freitas
Mônica Castagna Molina _ Centro Transdisciplinar de Educação do Campo
Universidade de Brasília -UnB
Nilza da Silva Martins – DCH IX/Barreiras
Pascoal Eron Santos de Souza -DEDC VII - Senhor do Bonfim
Priscila Santos da Glória - DEDC-X – Teixeira de Freitas
Ozelito de Souza Cruz - DEDV VII - Senhor do Bonfim
Rodrigo Guedes de Araújo – DCHT XVII – Bom Jesus da Lapa
Rosana Mara Chaves Rodrigues - DEDC I e CAEDCT
Tatyanne Gomes Marques – DEDC XII – Guanambi
Sonia Maria Alves de Oliveira Reis – DEDC XII - Guanambi
Viviane dos Santos Carvalho – DEDC VIII/ MINTECS/GEPERUZ/CAEDCT - Paulo
Afonso
Weslei Garcia de Paulo, Professor da SEEDF/UnB

Associação Nacional Pela Formação dos Profissionais da Educação ANFOPE -
Coordenação NORDESTE
Associação das Escolas Famílias Agrícolas da Bahia – AECOFABA
Associação dos Docentes da Universidade do Estado da Bahia – ADUNEB
Associação Regional dos Grupos Solidários de Geração de Renda - ARESOL
Articulação Interterritorial para fortalecimento da Educação do Campo no Semiárido
Central das Associações da Agricultura Familiar do Território do Piemonte Norte do
Itapicuru - CAAF-TIPNI
Coletivo de Educadoras/es de Economia Popular e Solidária do Estado da Bahia –
COEDUCA
CACHIU: CENTRAL DAS Associações Integradas de UAU
Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Território de Identidade do Piemonte Norte
do Itapicuru-CODETER
Congresso do Povo
Fórum Paraense de Educação do Campo - FPEC
Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado da Bahia –
FETRAF/BA/CUT
Fórum Nacional de Educação do Campo - FONEC
Fórum Estadual de Educação do Campo – FEEC
Frente Quilombola do MPA Bahia
Fundação de Apoio à Agricultura Familiar do Semiárido da Bahia- FATRES
Fundação Padre José Koopmans - FUNPAJ - Extremo Sul da Bahia
Grupo Regional de Economia Popular e Solidária do Estado da Bahia
Grupo de Pesquisa Educação do Campo, Trabalho, Contra-Hegemonia e Emancipação
Humana/UNEB/CAEDCT
Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo na Amazônia – GEPERUZ
Grupo de Estudo e Pesquisa Educação do Campo. (GEPEC) DCH Campus IX Barreiras



Centro Acadêmico de Educação do
Campo e Desenvolvimento Territorial
-CAEDCT

Grupo de Estudos e Pesquisas em Materialismo Histórico-Dialético e Educação
(Consciência)- FE/UnB

Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Educação do Campo - GEPEC – UFBA

Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Física & Esporte e Lazer/FACED/UFBA

Linha de Pesquisa em Educação do Campo, Educação de Jovens e Adultos e Movimentos
Sociais/NEPE/UNEB Campus XII Guanambi

Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST

Movimento de Trabalhadores Rurais Assentados e Acampados da Bahia - CETA

Movimento de Luta pela Terra – MLT

Movimento Popular e Histórico de Canudos – MPHIC

Núcleo de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território de
Identidade do Piemonte Norte do Itapicuru - NEDET/ TIPIN

Observatório do PNE no Território de Identidade Bacia do Rio Grande

Rede das Escolas Famílias Agrícolas Integrada do Semiárido-REFAISA

Rede Camponesa de Agroecologia

Rede Mulher Território Sertão do São Francisco

Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar- Senhor do Bonfim

Teia dos Povos

Salvador, 23 abril de 2020.